



POLÍTICA EXTERNA

Venezuela sem Chávez

Demétrio Magnoli

Margarita López Maya

Jennifer McCoy e Michael McCarthy

Gafes de Estado / Marcos de Azambuja

Papa Francisco / Roberto Romano

América Latina / Ricardo Lagos

O último Hobsbawm / Boris Fausto

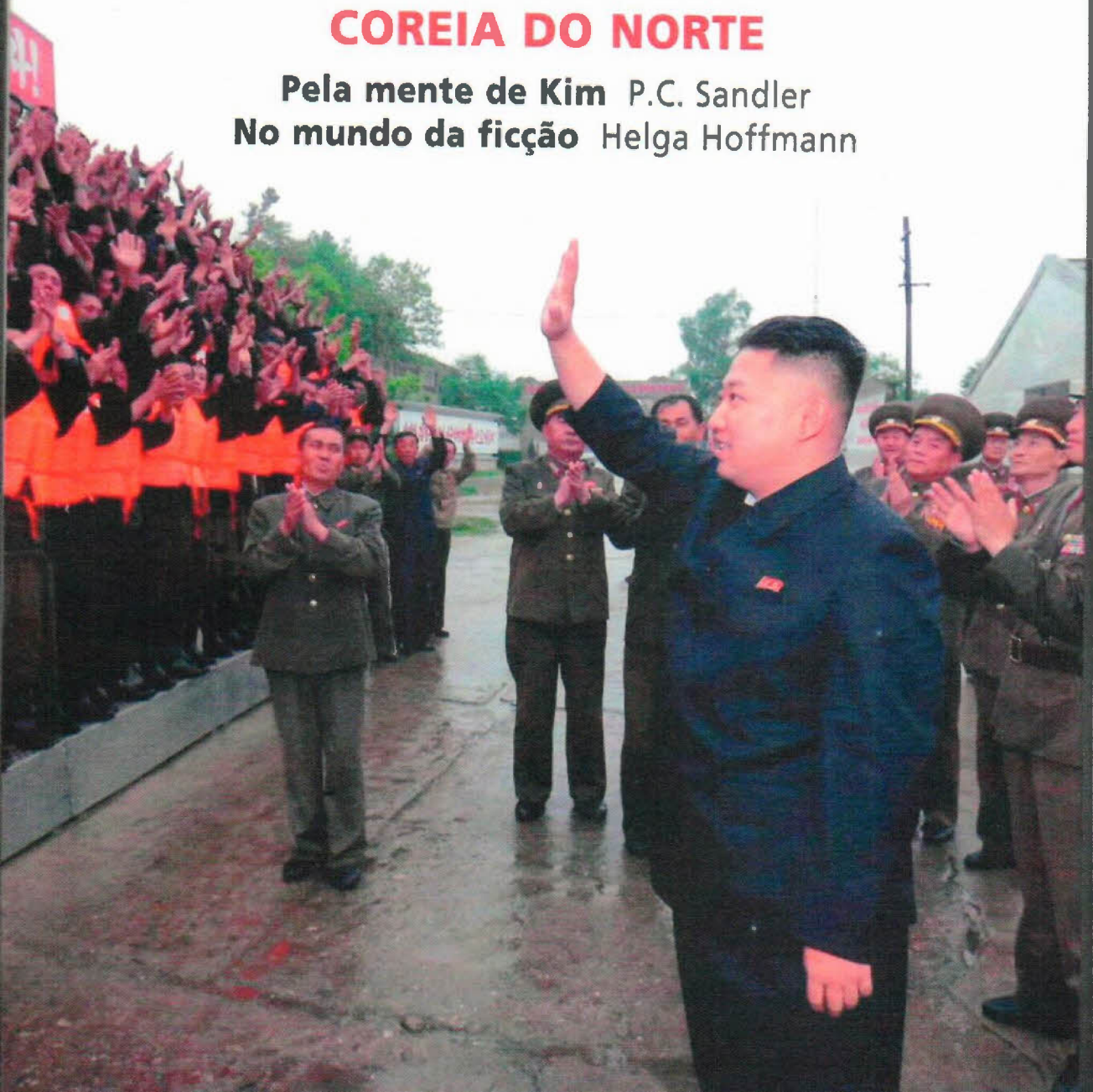
Obama 2.0 / Carlos Eduardo Lins da Silva

Ruy Mesquita / Paulo Sotero

COREIA DO NORTE

Pela mente de Kim P.C. Sandler

No mundo da ficção Helga Hoffmann



A América Latina que queremos

Ricardo Lagos

This article argues that Latin America lives a historic moment of change and Latin Americans, as a society, must be able to lead these changes through national policies based on principles of larges social inclusion, freedom and concern with the environment and, at the same time, to be able to create regional strategies of international governability that allow us to face the challenges of globalization. In this direction, it is unavoidable to discuss tributary, educational and competitiveness policies, among others. This set of policies constitutes a development strategy which is not neutral. It implies a political and ethic choice.

Introdução

Os países da América Latina enfrentam hoje um momento de inflexão histórica. Observamos que a região cresce, que a democracia se consolida como alternativa de regime político, mas, ao mesmo tempo, sabemos que ainda que a pobreza tenha diminuído e novos setores sociais, as classes médias, tenham se consolidado como um grupo social importante, o bem-estar criado em nossas sociedades não é distribuído equitativamente.

A América Latina inicia o século XXI com sinais positivos: há muitos anos deixamos para trás as ditaduras militares; a democracia é valorizada pelos seus cidadãos como um sistema de convivência que, apesar de ainda ter de ser aperfeiçoado, é necessário. Também ficou no passado os anos de inflação alta ou de problemas econômicos que não se sabia como tratar. A região enfrentou a crise dos países ricos a partir da experiência e do aprendizado das muitas crises que teve e pelas quais, às vezes, foi responsável. A atual má situação econômica mundial é responsabilidade de outros. Hoje, a América Latina proclama sua inocência frente a este problema. Afinal de contas, os países da nossa região aprenderam e enfrentaram essa crise em

melhores condições que os demais. De fato, em 2013, a região sente que já saiu dessa situação, o que não é o caso dos Estados Unidos e muito menos da Europa.

O principal argumento deste artigo é que este é um momento histórico de mudança em nossa região e que como sociedade, devemos ser capazes de liderar essas mudanças através de políticas nacionais baseadas em princípios de uma maior inclusão social, liberdade e atenção ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, criar estratégias regionais de governabilidade internacional que permitam enfrentar os desafios da globalização. Nesse sentido, é indispensável discutir políticas em matéria tributária, de competitividade, de educação, entre outras. Esse conjunto de políticas, que constitui uma estratégia de desenvolvimento, não é neutro, implica uma opção ética e política.

Como resultado dessas mudanças, fecha-se um ciclo político enquanto a sociedade exige mais participação a partir do aumento de seu nível educacional e melhorias em sua condição de vida. Existe uma sociedade com mais conhecimento e maiores exigências. Que instituições políticas surgirão para

Ricardo Lagos foi presidente do Chile de 2000 a 2006.

responder a essas novas demandas? Em que medida, para os cidadãos, já não é suficiente votar para eleger os seus representantes a cada quatro ou seis anos? Ou seja, os ritmos de participação da democracia representativa parecem não ser suficientes.

Em segundo lugar, existe um ciclo econômico que termina. Boa parte dos países procurou crescer pra melhorar a renda dos seus habitantes, o que implicava, por sua vez, melhorar os indicadores econômicos e sociais. Crescer para melhorar a condição de vida dos habitantes era uma exigência inevitável. Agora, quando muitos países da região se aproximam dos 20 mil dólares de renda média por habitante, esta relação entre a renda por habitante e uma melhora dos indicadores se diluiu, tornou-se insuficiente. Agora, é a distribuição de renda a variável que explica uma melhor ou pior satisfação dos cidadãos a maneira pela qual medimos o bem-estar em nossa sociedade. Neste sentido, a América Latina tem um longo caminho a percorrer. Do ponto de vista econômico, para muitos países a distribuição de renda é seu principal desafio econômico. Isso implica uma mudança em suas políticas públicas, assim como uma necessária maioria política para implementá-las.

E finalmente, do ponto de vista social, justamente porque foram aplicadas políticas sociais bem-sucedidas para derrotar a pobreza, atualmente o ponto fundamental da maioria das políticas sociais deve ser mais satisfazer as crescentes, diversas e complexas reivindicações dos setores médios, do que continuar exclusivamente aplicando políticas contra a pobreza.

São estes três ciclos que se fecham e como resultado destas experiências bem-sucedidas na América Latina abrem-se novos desafios, mais complexos, mais difíceis. Em resumo, terminaram estes ciclos, mas a América Latina foi capaz de estender, na maioria dos nossos países, as fronteiras do que era possível obter. Agora, existem

novas fronteiras a serem alcançadas, tanto no âmbito político, como no econômico e no social. Como e quais medidas e ferramentas são necessárias para alcançar essas novas fronteiras? Este é o grande desafio da América Latina nos dias de hoje.

Como está a América Latina hoje?

O otimismo da América Latina nasce de um crescimento acelerado desde o início da década de 2000; crescimento na renda por habitante que foi superior ao dos países ricos agrupados na OECD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).





Uma análise da OECD, que divide o mundo de acordo com quatro categorias de velocidade de crescimento econômico e que compara esses ritmos da década de 1990 com os da primeira década do nosso século, permite concluir que os países latino-americanos conseguiram acelerar o aumento da riqueza em nossas sociedades.

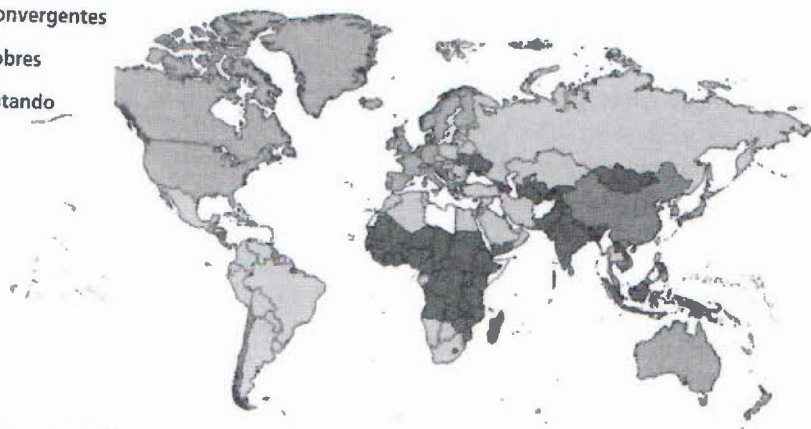
Como é possível observar no Quadro 1, nos anos 1990, na primeira categoria estavam os países com renda mais alta, como o Canadá, os Estados Unidos, os países europeus, a Austrália e a Nova Zelândia. Também estavam os países convergentes, que eram aqueles que tinham sido capazes de crescer mais do que o dobro do crescimento da renda *per capita* que os países citados anteriormente. Na década de 1990, neste grupo se encontravam a China, alguns países da Ásia e na nossa região, apenas Trinidad e Tobago e o Chile.

Um terceiro grupo de países eram os que lutavam (*struggling*) para se desenvolver economicamente, mas não conseguiam ter um crescimento tão alto quanto os convergentes. Eles cresciam mais do que os países da OECD, mas não ultrapassavam seu crescimento. Neste grupo estavam praticamente todos os países da América do Sul e o

Quadro 1 – Quatro velocidades de crescimento do mundo nos anos 1990

Grupo de países

-  Renda alta
-  Convergentes
-  Pobres
-  Lutando



Fonte: OECD Development Centre, *Perspectives on Global Development 2010 – Shifting Wealth*

México. Incluíam-se também a Rússia, boa parte do Norte da África e a África do Sul. E, por último, estava o trágico mundo dos países pobres. A Índia crescia menos que os países da OECD.

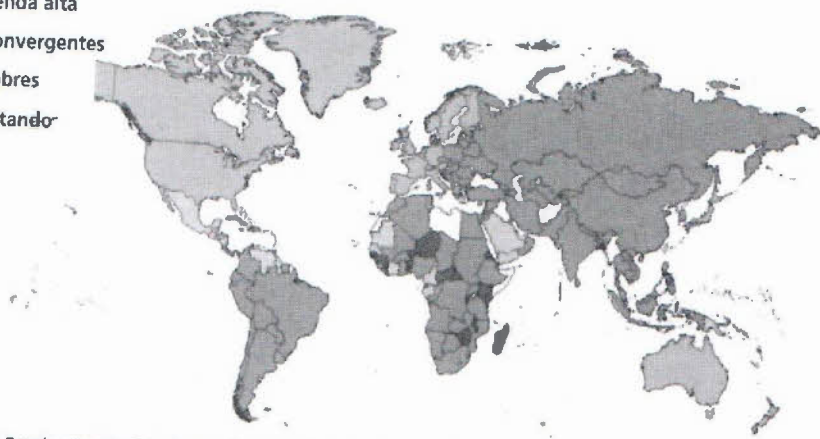
Se compararmos essas quatro velocidades dos anos 1990 com as da primeira década do século XXI (Quadro 2), podemos observar que a nossa região, com exceção

do México, da Costa Rica e de alguns países do Caribe, encontra-se na zona dos países convergentes. Ou seja, com um crescimento econômico acelerado, que permite que o crescimento *per capita* mais que duplique, em comparação com os países da OECD. Se continuar nesse ritmo, terminarão “convergingo” em possuir uma renda *per capita* como a dos países mais ricos do mundo.

Quadro 2 – Quatro velocidades do mundo no ano 2000

Grupo de países

-  Renda alta
-  Convergentes
-  Pobres
-  Lutando



Fonte: OECD Development Centre, *Perspectives on Global Development 2011 – Social Cohesion in a Shifting World*

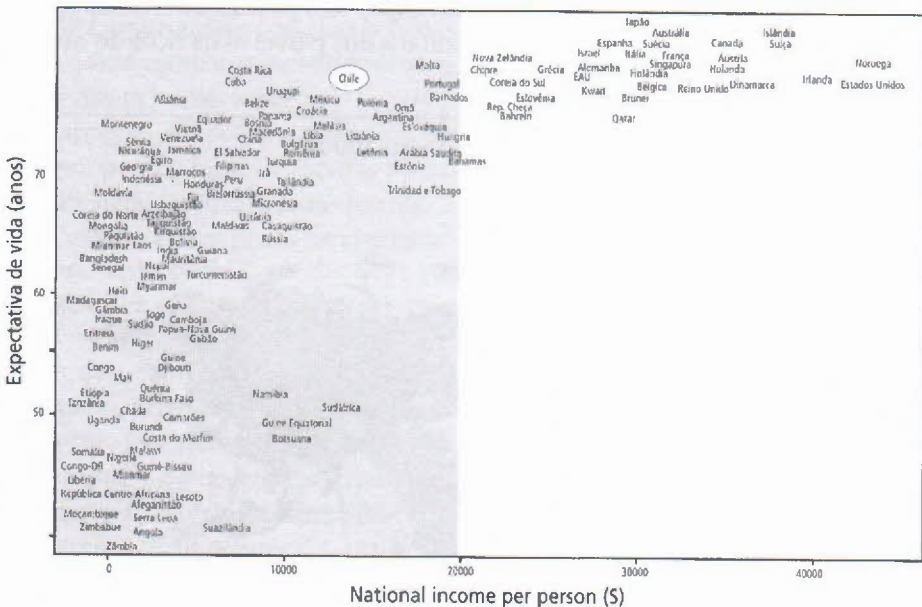
Poderíamos destacar que é possível explicar o crescimento da América Latina a partir do projeto modernizador do gigante econômico que é a China, que impulsiona a demanda pelos nossos produtos. Agora, se considerarmos este argumento, a experiência histórica diria que esses períodos de auge econômico baseados na exportação não são eternos, mas, ao mesmo tempo, são uma oportunidade para o desenvolvimento.

Existem muitos exemplos históricos a este respeito: o que aconteceu desde o fim da guerra civil nos Estados Unidos entre 1865 e 1870 até o início da Primeira Guerra Mundial. Ou seja, quarenta anos de expansão do capitalismo, com os EUA como motor da economia mundial, juntamente com o desenvolvimento da Inglaterra como potência mundial sob o reinado da rainha Vitória e a unificação da Alemanha sob a liderança de Bismarck, que gerou um importante crescimento e desenvolvimento para o país. Podemos argumentar que atualmente quem desempenha

este papel é a China, a Índia e os países asiáticos, respectivamente. Mas deve ficar claro que este auge certamente não vai durar quarenta anos, porque o mundo atual muda mais rapidamente. Poderíamos especular que este processo de expansão será mais curto, mas de qualquer forma é possível olhar com otimismo o mundo e a nossa região.

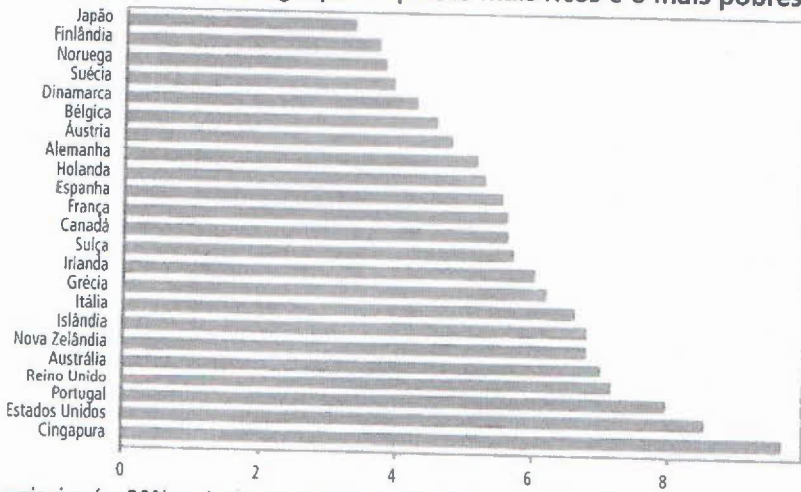
A partir deste contexto histórico mundial, a América Latina está mudando com rapidez. Ainda que vários países da região quase tenham alcançado os vinte mil dólares de renda *per capita*, a experiência nos diz que o crescimento econômico não é suficiente. São necessárias políticas sociais que equilibrem e distribuam um maior bem-estar para todas as pessoas. Como observamos no próximo quadro (Quadro 3), se analisarmos a experiência de diversos países, concluiremos que depois de alcançar os vinte mil dólares de renda *per capita* por habitante, a relação entre crescimento e desigualdade torna-se mais complexa e o crescimento econômico não basta.

Quadro 3 – Renda *per capita*, distribuição de renda e qualidade de vida



Apenas nas primeiras fases de desenvolvimento a expectativa de vida aumenta

Fonte: Wilkinson & Pickett, *The Spirit Level*, Figure 1.1, p. 7.

Quadro 4 – Relação entre o grupo de países mais ricos e o mais pobres

Quanto mais rico é o 20% mais rico que o 20% mais pobre em cada país?

Fonte: Wilkinson & Pickett, *The Spirit Level*, Figure 2.1, p. 17.

Como observamos no Quadro 3, à medida que aumenta a renda *per capita*, aumenta a expectativa de vida das pessoas. Uma parte importante dos países possui entre zero e dez mil dólares de renda por habitante e uma expectativa de vida de cinquenta anos. A maioria dos nossos países possui aproximadamente vinte mil dólares de renda média por habitante e observamos que quando se ultrapassa este nível de renda, a renda média por habitante faz que a diferença na qualidade de vida não dependa somente da renda *per capita*, mas também de outros fatores como, por exemplo, a distribuição de renda.

Agora, existem muitas formas de medir a distribuição de renda. Uma delas é medir quantas vezes mais rico é o grupo que detém 20% mais de recursos com relação ao grupo que é 20% mais pobre. No gráfico acima (Quadro 4), observamos que o país com melhor distribuição de renda é o Japão, onde o grupo mais rico é menos de quatro vezes mais rico que o grupo mais pobre. Os países nórdicos estão um pouco abaixo do Japão. De acordo com este quadro, os países com pior distribuição de renda são Cingapura, onde os 20% mais

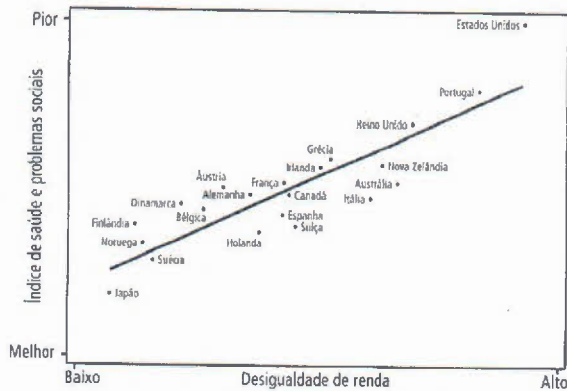
ricos são praticamente dez vezes mais ricos que os 20% mais pobres. Um pouco acima estão os Estados Unidos, onde a diferença é de quase nove vezes entre os grupos mais ricos e mais pobres.

Agora, se acrescentarmos à análise anterior a relação entre desigualdade na renda e indicadores sociais, como se demonstra no próximo gráfico (Quadro 5), observamos que à medida que esta (a desigualdade na renda) piora, os indicadores de saúde e de outros problemas sociais aumentam, como é o caso dos Estados Unidos.

Sendo assim, a pergunta a ser feita de um ponto de vista ético, político e técnico é: A América Latina está ultrapassando a fronteira dos vinte mil dólares de renda *per capita* por habitante? – Em que direção queremos que nossos países caminhem?

Do ponto de vista econômico, está terminando a etapa na qual o mais importante é crescer (com seu respectivo indicador, a renda *per capita*). Crescer, ou seja, gerar riqueza continua sendo importante, é claro, mas tão importante quanto este crescimento é diminuir a desigualdade. Desta forma, precisamos nos perguntar onde deveremos estar: no grupo de

Quadro 5 – Distribuição de renda e indicadores sociais



Saúde e problemas sociais estão estritamente relacionados com a desigualdade nos países ricos.

Fonte: Wilkinson & Pickett, *The Spirit Level*, Figure 2.2, p. 20.

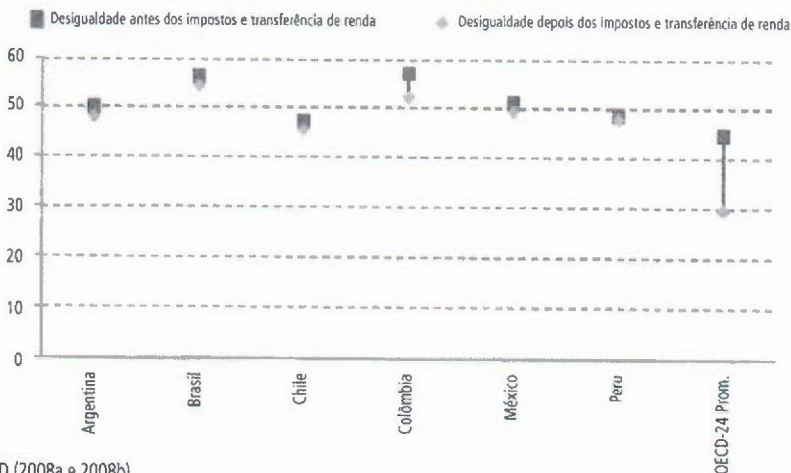
países com grande desigualdade ou no outro grupo, onde a riqueza gerada pela sociedade é distribuída de maneira mais justa?

Em minha opinião, nossa primeira obrigação é tentar saber como podemos integrar o segundo. E por que defendo que estamos entrando na etapa de pensar em como alcançar crescimento com equidade? Porque, no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), *per capita* de vários países da América Latina, daqui a quatro anos, a Argentina, por exemplo,

alcançará os 22 mil dólares de PIB *per capita*, o Chile 23 mil dólares, o Uruguai 20 mil dólares, o México aproximadamente 18 mil dólares. O Brasil provavelmente alcançará esta categoria em 2020 ou 2022. Assim, os principais países da nossa região, em dez anos, cruzarão esta fronteira.

Agora, também é necessário que nos questionemos sobre o papel das políticas na distribuição de renda. No próximo gráfico (Quadro 6), são apresentados alguns

Quadro 6 – Coeficiente de Gini antes e depois dos impostos e transferências de renda em países da América Latina



Fonte: OECD (2008a e 2008b).

coeficientes do Índice de Gini,¹ outra forma de medir a desigualdade, em alguns países da América Latina e nos países da OECD, antes e depois da arrecadação de impostos e da transferência de renda.

O que interessa destacar na análise dos indicadores anteriores é a importância das políticas que incidem na maior ou menor desigualdade da renda nos países.

Se analisarmos a média dos países da OECD, ou seja, dos países ricos, poderemos observar que a desigualdade antes da arrecadação de impostos é de 48. Esta cifra não está tão longe da desigualdade argentina que é de 50 ou a do Brasil, que é de 56. O único país que faz a diferença com seu sistema tributário (nos demais países não existe diferença antes ou depois dos impostos) é a Colômbia. Na OECD, a diferença vai de 48 até 29. Em outras palavras, a arrecadação de impostos tem um efeito muito significativo, diferentemente da América Latina, onde praticamente não existe uma diminuição da desigualdade após o pagamento dos impostos.

Este tema deve ser discutido na atual etapa de bonança na qual vive a nossa região. Devemos abordar as propostas técnicas e a necessidade de contar com a maioria da sociedade para podermos criar políticas que melhorem a distribuição de renda por meio do nosso sistema tributário e da transferência de renda para as camadas menos favorecidas da população.

Como já foi destacado, a democracia se consolida como o sistema político pelo qual os cidadãos expressam suas preferências e projetos. Sendo assim, se acrescentarmos ao crescimento econômico o aumento da renda média por habitante e as políticas efetivas para diminuir a pobreza, setores médios emergem com mais poder e com reivindicações muito mais complexas.

Do ponto de vista econômico, é importante que nossos países tenham alcançado um crescimento econômico. Agora, devemos

aprender como continuar crescendo, mas, ao mesmo tempo, melhorar a distribuição da riqueza que geramos como sociedade.

Por outro lado, do ponto de vista social, entramos em uma etapa diferente, porque o crescimento da América Latina na última década diminuiu a pobreza de 48,4% para 30,4%, entre 1990 e 2011. A pobreza extrema ou a miséria diminuiu quase 10 pontos percentuais, de 22,6% para 12,8%, entre 1990 e 2011.² Consequentemente, a região está crescendo com otimismo, com confiança em suas instituições e conseguiu que sua agenda que existia há vinte anos fosse bem-sucedida.

Essa agenda que tem um terço das pessoas em situação de pobreza possui um conteúdo social claro: derrotar a pobreza, derrotar a miséria. E tiveram sucesso. Agora é preciso ter outra agenda de desenvolvimento econômico e social.

E nessa agenda de desenvolvimento não se pode confundir renda por habitante com desenvolvimento. Não devemos pensar que somos países desenvolvidos pelo fato de termos alcançado uma renda média de vinte mil dólares *per capita*. Quero falar sobre este tema a seguir.

Desenvolvimento econômico no âmbito político

O modelo de desenvolvimento, composto por um conjunto de políticas econômicas e sociais, implica intencionalidade. Este modelo de desenvolvimento não é neutro: significa a orientação de políticas econômicas, sociais e de maiorias políticas que permitam esta mudança. Ou seja, o desenvolvimento tem relação com o projeto de sociedade de um país, como criamos mais bem-estar (para quem, com que instrumentos) e, ao mesmo tempo, como o distribuímos (com critérios universais, focalizados). Isto significa que o desenvolvimento implica um

conjunto de princípios e ideias sobre as quais a maioria deve estar de acordo. Para mim é interessante detalhar estas ideias.

Primeiro, a ideia de que o desenvolvimento deve ser obtido em uma sociedade democrática, com plena vigência do estado de direito e respeito aos direitos humanos. É importante notar que entendemos democracia como um processo, não como um fim. Nunca um país alcançou um nível ideal de democracia; sempre que alcança um estágio democrático, deseja outro que é mais democrático ainda, que tem melhores condições para sua população. Portanto é um processo, a democracia se alimenta dia a dia.

Segundo, para que exista na sociedade um desenvolvimento real, ele tem que ser inclusivo, com coesão social e que os benefícios do progresso cheguem a todas as camadas da população. A democracia se refere a isto também. Ou seja, o sistema político deve incluir os diversos setores da sociedade e gerar critérios de equidade na participação política de todos os grupos sociais.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento implica uma maior liberdade para as pessoas porque temos mais, porque podemos pensar mais, ampliar nossos horizontes, sermos diferentes. Portanto, o único limite é a necessidade de convivência em sociedade. Existem certos critérios de convivência que devem ser acordados e respeitados por todos. E os inevitáveis conflitos que venham a surgir devem ser resolvidos pelo diálogo.

Em quarto lugar, eu diria que deve haver um mínimo de caráter civilizador, como diz Norberto Bobbio, onde todos devemos ser iguais em algo. Este mínimo é dinâmico porque à medida em que o país melhora, o limite deste caráter civilizador vai mudando. Ou seja, todos os membros da sociedade devem ter garantido um conjunto de direitos que os iguale.

E finalmente, o quinto elemento para o desenvolvimento é a existência de instituições eficientes, que estabeleçam regras do jogo

claras e universais e que permitam colocar em prática os princípios anteriores. E, se estiverem ligadas com o desenvolvimento econômico e social, isto implica instituições e políticas que coloquem em prática o princípio da equidade; a regulação dos mercados que permitam a concorrência e regulem a participação dos consumidores de maneira transparente e com regras de jogo claras e justas.

Prioridades do desenvolvimento

Os princípios antes mencionados devem ser transformados em políticas econômicas a serviço de um modelo de desenvolvimento que permita o crescimento econômico, a distribuição justa de renda e uma democracia com qualidade.

Um primeiro aspecto se refere a como financiar o desenvolvimento nesta nova etapa em que existe menos pobreza, mas onde a nossa distribuição de renda continua não sendo a ideal. Em nossa região existe um tema pendente a respeito do nível tributário e sua composição. Se olharmos os países da OECD, a situação tributária é muito diferente, no sentido de que nesses países há uma carga tributária mais alta e distribuída de maneira diferente da maioria dos países da América Latina.

Em segundo lugar, como a competitividade das nossas economias está melhorando, como conseguir que nossos trabalhadores melhorem a sua produtividade? O desafio neste aspecto é, por um lado, criar tecnologias e obter uma relação virtuosa entre o setor público, as universidades e o setor privado. Nas economias desenvolvidas, esta relação faz parte das estratégias de desenvolvimento da competitividade, mas, pelo menos no meu país, foi difícil implementá-la. Neste sentido, o tema da propriedade intelectual é fundamental.

Além disso, é necessário ter regras de jogo claras e justas. O desafio, no meu entender, é incentivar a criação dos nossos produtos e não só priorizar as matérias-primas.

Em terceiro lugar e relacionado com o anterior, está o tema do mercado de trabalho. Na região, este setor tem muitas regras, as quais, quando foram criadas, tiveram o objetivo adequado de proteger aqueles que tinham emprego. A contrapartida é a dificuldade de muitos setores da população de entrar e sair do mercado, o que torna o sistema rígido e indica a necessidade de adaptar-se às necessidades das atuais economias em constante mudança. É necessário elaborar marcos legais que tornem mais fluida a entrada e saída do mercado de trabalho. Isto não significa facilitar a demissão dos trabalhadores, mas sim contar com sistemas de proteção justos e eficientes para aqueles que estão desempregados.

As reformas no mercado de trabalho a serem elaboradas e implementadas nos países da América Latina devem compreender esta dupla dimensão. Ou seja, entender que é necessária uma flexibilidade laboral do ponto de vista das necessidades do empregado para expandir o emprego, quando estiver crescendo, ou para reduzi-lo, quando estiver diminuindo. Outra dimensão é que o custo desta flexibilidade ou flutuação no nível de emprego não seja feita à custa do trabalhador. A prioridade deveria ser a criação de um sistema de segurança da renda para quando não houver emprego. Este tema é complexo, politicamente. No caso do Chile, durante o meu governo, implantamos um seguro-desemprego que demorou bastante para ser aprovado por parte dos empregados e dos trabalhadores que tinham, como é natural, posições divergentes.

Em quarto lugar, e como um aspecto-chave também ligado ao mercado de trabalho, está o tema da educação. Isso é fundamental para falar de equidade. Todos sabemos que a ferramenta para alcançarmos uma

equidade mais sólida no longo prazo é a educação. Um referencial em qualquer sociedade mobilizada é a imobilidade educacional, ou seja, quando o nível educacional dos pais determina o nível educacional dos filhos. As sociedades que possuem maior mobilidade na educação são aquelas nas quais não existe nenhuma relação entre o nível educacional atual e o nível educacional dos pais. E se olharmos para a América Latina, ainda hoje, dependendo de onde se nasce, as possibilidades de determinar o nível educacional são muito altas. A reforma educacional deve conseguir cortar esse vínculo histórico entre o berço e o nível de educação.

Em quinto lugar, um aspecto pouco discutido é a demografia. Os estudos dizem que a estrutura demográfica dos nossos países em um futuro próximo criará problemas de políticas públicas. As pessoas viverão mais e conseqüentemente precisarão de mais recursos para a saúde, para as aposentadorias. Mas o tamanho da população também está ligado ao tamanho dos países. Não é a mesma coisa ter uma população de 196 milhões como no Brasil, uma de 17 milhões como no Chile ou uma de 41 milhões como na Argentina.

O sexto ponto é o tema das cidades, como vivemos em comunidade. Devemos poder combinar a necessidade social de habitação para os setores menos favorecidos com cidades que sejam sustentáveis e verdes. Isto é chave em uma região que possui as cidades mais densamente povoadas do planeta.

O último desafio é o meio ambiente e as mudanças climáticas. Em um futuro próximo, o crescimento econômico e o bem-estar social estarão relacionados com a contaminação e emissão de gases produzidos para alcançar esse desenvolvimento. Atualmente, os Estados Unidos emitem 22 toneladas por pessoa, os países europeus dez toneladas e nós, latino-americanos, cinco toneladas. No futuro, a emissão de toneladas de gás carbônico equivalente por pessoa será um indicador do grau de civilidade desse país.

Globalização e governança internacional

Como enfrentar os desafios anteriormente mencionados em um mundo global? Em que contexto se desenvolvem os países da nossa região e, ao mesmo tempo, como as nossas economias influenciam este contexto? O ritmo de mudança atual é mais vertiginoso que em épocas passadas. O século XX, que se caracterizou por guerras que ultrapassaram a fronteira do horror que acreditávamos possível, distinguiu-se também por terminar com dois fenômenos fundamentais: uma tremenda revolução na tecnologia das comunicações e a queda do Muro de Berlim, como expressão concreta e pontual do fim do mundo bipolar como o conhecíamos até então. O equilíbrio nuclear das duas potências acabou. E ainda que os Estados Unidos pareça ser a única potência econômica, militar e política, também é certo que este país sabe que não pode ser uma potência hegemônica neste mundo global. A *Pax Americana* não é viável.

Mas este mundo global, como sempre foi dito, significou mudar os mapas geopolíticos, porque antes a geografia significava algo; agora, menos. As comunicações simultâneas eliminaram os limites que podíamos imaginar. Hoje em dia, a geografia não determina a estrutura das relações humanas, das organizações.

Se analisarmos a história, perceberemos que, nos processos de globalização, o mais forte sempre se impôs. Um país pequeno enfrenta esse processo com regras. Elas são necessárias para regular a relação entre países com tamanhos diferentes. Nesse sentido, é tão importante a necessidade de contar com uma só voz na nossa região que possa ajudar a governança internacional.

Dessa maneira, a primeira reflexão se refere à experiência que eu tive, como presidente do Chile, ao enfrentar o contexto da

guerra contra o Iraque. Na ocasião, apenas dois países latino-americanos integravam o Conselho de Segurança das Nações Unidas e eles tinham a mesma opinião; posteriormente juntou-se a nós o Paquistão e depois três países africanos, somando seis países. Dessa forma, abriu-se a possibilidade de ter uma maior influência a partir de decisões coletivas.

Esse é um exemplo de que é possível coordenar ideais e ações entre os países da região quando existem instâncias para conversar. Isto não significa que uma mesma política deva ser aplicada a todos, da mesma forma. Existem variações entre os países da América Latina, no entanto, essas diferenças não devem impedir o diálogo para construir acordos que beneficiem todos nós.

Como exemplo destas diferentes realidades na região, podemos comparar o Brasil e o Chile. O Brasil acerta em proteger seu mercado interno, como o fazem os Estados Unidos e o México. Mas, no caso do Chile, que mercado deve ser protegido sendo um país pequeno? A opção política é abrir-se e inserir-se no mundo para poder competir com seus produtos. O Chile nunca conseguiu ser membro pleno do Mercosul porque esse mercado tinha uma tarifa aduaneira de 14% e o Chile de 6%.

Em matéria de governança a nível global, haverá certa transferência de soberania em alguns âmbitos em direção a um sistema de governabilidade. Isso pode ser observado sobre o tema dos direitos humanos: os países decidiram criar uma Corte Internacional e assim aceitaram ceder soberania neste âmbito. Ou seja, já não é possível para um país sustentar que possui liberdade para violar os direitos humanos, pois isto é definido pela comunidade internacional, como o genocídio, por exemplo.

Este processo de ceder soberania não está isento de problemas, pois implica o esforço de criar instituições legitimadas por

todos os atores e que elas sejam eficazes. Um exemplo da necessidade de que novas instituições consolidem a governança internacional é o tema das mudanças climáticas. Não é possível resolver este problema apenas com um país. O mesmo acontece com o tema da migração, com o problema das drogas. Enquanto acharem que esses temas são de política doméstica, sua solução não será encontrada. Existem vários problemas que possuem uma natureza multilateral, sendo assim devem ser tratados de maneira coletiva.

Devemos nos perguntar: estamos em condições de tratar disto como região? A discussão dessa nova governança, que será imprescindível, deve contar com a participação dos países industrializados. Por exemplo, sem a China e os Estados Unidos não é possível discutir as mudanças climáticas, pois os dois países somam 40% das emissões do planeta. A América Latina deve contar com critérios multilaterais para abordar estes temas.

Discute-se a ideia de uma Aliança Transpacífica que envolve os Estados Unidos e a China. Existe a necessidade de incluir outros países, mas nenhum país da América do Sul foi considerado. Como é possível fazer uma Aliança Transpacífica sem a nossa região? Em minha opinião, esta é uma visão estreita do mundo. Se havia algo importante na Aliança Transpacífica era abranger desde a Itália até a Turquia e esses países não estão no Atlântico. É necessário que na Aliança do Pacífico esteja a América Latina e, especialmente, a América do Sul.

Portanto, em matéria de governança mundial, quem lidera deve aproveitar sua influência para construir regras de convivência internacional. O realismo político diria que isso é muito difícil de conseguir, mas acredito que pequenas mudanças de incentivo fazem a diferença.

E existe um conjunto de temas que são necessários para alcançar o desenvolvimento. A governança me parece inevitável, e a voz

da América Latina, indispensável. E hoje, ainda não somos capazes de tentar falar com uma só voz. Acredito que seja o momento de abordar este tema com seriedade e, neste sentido, temos outro ponto de união entre os latino-americanos e a América do Sul.

Conclusão

Para terminar, gostaria de reiterar a necessidade de aproveitar o contexto histórico no qual se encontram nossos países da América Latina. Existe crescimento econômico, estabilidade macroeconômica, sistemas políticos nos quais a força se impõe menos que o voto, o nível de vida de nossas sociedades está melhorando. Devemos criar estratégias de desenvolvimento que permitam aproveitar esta conjuntura a nosso favor.

Sendo assim, é fundamental criar modelos de governabilidade política que permitam gerar os consensos necessários para ter políticas econômicas que incentivem o crescimento protegendo o meio ambiente, combinadas com políticas tributárias e sociais que permitam melhorar as oportunidades de milhões de latino-americanos que ainda vivem em condições precárias.

Neste sentido, o Estado tem um papel importante. Assim como o setor privado investe em energia, na geração de negócios, em oportunidades de trabalho, o Estado tem o dever ético, por ser a instituição responsável pelo bem comum, de criar condições para elaborar as políticas econômicas e sociais que promovam o crescimento econômico e a inclusão social. Os governos, que de tempos em tempos são renovados pelo voto dos cidadãos, devem conduzir o Estado nessa direção. Como destacamos no início, importa e muito qual é o nosso modelo de desenvolvimento e em que direção caminhamos.

Tradução Miriam Xavier
Junho de 2013